



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

PROCESSO 20.0.000023144-5
INTERESSADO DIRETORIA ADMINISTRATIVA
ASSUNTO Inexigibilidade

Despacho Nº 2078 / 2021 - PRESIDÊNCIA/DIGER/ASJUADMDG

Senhor Presidente,

Versam os presentes autos sobre a contratação de empresa jornalística (jornal impresso), visando à publicação dos atos administrativos relacionados aos procedimentos licitatórios que serão realizados em 2021, através da Comissão Permanente de Licitação desta Corte de Justiça, mediante contratação direta, regida pela Lei Federal 8.666/93.

Tendo em vista os fundamentos expendidos na solicitação da Comissão Permanente de Licitação (eventos 3477213, 3477240 e 3477243), na Informação da CCOMPRAS sobre os preços praticados (evento 3509391), no Parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa da Diretoria Geral (evento 3512552) e, ante as informações orçamentárias prestadas pela DIVPODG (evento 3502758), no uso das atribuições legais, **aprovo** o Projeto básico acostado no evento 3498342 e **DECLARO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal 8.666/93, visando à contratação da empresa **J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.**, CNPJ 01.536.754/0003-95, no valor total estimado de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme proposta acostada ao evento 3498344.

Na oportunidade, encaminho os autos a Vossa Excelência, com sugestão de ratificação do ato de inexigibilidade de licitação e sua publicação, nos termos do artigo 26, *caput*, da Lei Federal 8.666/93.

Outrossim, sugiro que, **tão logo disponibilizados os recursos orçamentários e financeiros, com a abertura do SIAFE, seja providenciada a emissão do Detalhamento de Dotação e Nota de Empenho respectivos, bem como a juntada da declaração de atendimento ao art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93 e ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, no prazo de até trinta dias a partir do início da vigência contratual.**

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 15/01/2021, às 19:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3512556** e o código CRC **57B1AE6E**.